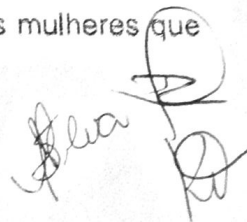


Ata nº 33/2018/COMUM - Reunião Ordinária

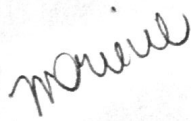
Às nove horas do dia quinze de junho de dois mil e dezoito, reuniram-se na Casa dos Conselhos, situada na rua 1822, nº1510, centro de Balneário Camboriú – SC, em reunião ordinária, a diretoria e demais conselheiras, abaixo assinadas, do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher-COMUM: David Tiago Cardoso (SDIS - CREAS), Natalli Pazini Silva (SDIS), Ketlin da Rosa Talevi (Sec. Articulação), Patricia Castellem Strebe (Biblioteca Com. Bem Viver), Mariene de Sena Silva (CAAP), Natália Guilhermetti Garcia (SEMEAR Diversidade), Maristela Koche Rigueira (Rede Feminina), Marisa Zanoni Fernandes e Geonete Maria Bernardi (ACESA), Claudineia da Costa Wolf (Sec. de Gestão Adm.), Jeruza Martini (NAM), Schella Fernandes (Sec. Controle e Transparência). Ainda estiveram presentes as participantes externas Patricia Nicodemus e Katia Correa Quintanilha (OAB). Justificaram ausência as conselheiras Ana Lúcia Lodi, Cirene Cândido e Alda Martins Dudek. Com o um pequeno atraso da presidenta Natalli, foi solicitado para que Mariene iniciasse os trabalhos da reunião, tendo como pauta: Relatos dos eventos; Convidadas da OAB; Feedback da apresentação dos trabalhos da UDESC; Indicação da delegada da Comissão do Projeto Elas Reformam e Assuntos Gerais. A ata da reunião, que anteriormente enviada por e-mail, fora aprovada e assinada. Mariene faz o relato sobre o evento sobre assédio em que o COMUM foi convidado, no SESC, e diz que foi maravilhoso, sugerindo ainda que sejam feitas mais parcerias com o SESC, pois estão bem abertos e receptivos à parcerias, sugerindo ainda que convidem a Melize, técnica de cultura do SESC a participar das reuniões. Natália fala sobre o evento da Despatologização Trans, na UNIVALI diz que em Itajaí houveram muitas pessoas e que em Balneário Camboriú não muita, e que para os próximos eventos é necessário fazer um ajuste nas cidades. Marisa diz que Balneário Camboriú têm que ser um espaço importante de discussão. Em seguida as convidadas Katia e Patricia da OAB falam sobre o "Por Elas", que é um projeto de fortalecimento das mulheres vítimas de violência doméstica, realizado dentro da delegacia da mulher, onde além de esclarecimento e atendimentos jurídicos, há a acolhida e apoio pedagógico através de oficinas sistêmicas e constelação. David diz que deveria se tratar de uma política pública de proteção pessoal, onde o que é ofertado nos atendimentos da assistência social e o que é ofertado e o que os CRAS estão fazendo a respeito do homem autor de violência, que deveria ser um trabalho na integralidade. Diz-se que CMAS e COMUM devem se articular melhor para a proposição de políticas públicas. Schella fala sobre o programa apresentado pelas convidadas da OAB, dizendo que preocupa-se com o termo constelação, utilizado na fala das convidadas, pois parece ser uma terapia, e que a função do judiciário é mediação e que para fazer-se constelação têm que ter habilidades, pois tratam de transformação de pensamento e caráter. Kátia diz que constelação é apenas uma das técnicas usadas nas oficinas sistêmicas e que a OAB não quer entrar em áreas que não as pertencem. A plenária levantou a problemática sobre constelação, pois há muitas pessoas despreparadas que a fazem. Ketlin sugeriu um projeto de Política Pública, onde houvessem reuniões pontuais, vendo quais são os atores envolvidos no processo, qual forma de integração e entender de forma prática como funciona. Patricia (convidada OAB) diz que os atendimentos são feitos todas às quartas das 13h às 18h na Delegacia da Mulher, e nesses atendimentos são realizadas orientações sobre ações de guarda e pensão alimentícia, de muitas mulheres que



Mariene



são acolhidas inclusive na Casa das Anas e que quando o advogado verifica o formulário da vítima, encaminha para ações mais pontuais. Natalli questiona que essas ações foram conversadas com a promotora Daiane e Kátia diz que sim. Natalli propõe que o COMUM chame uma reunião com a rede que acompanha essas mulheres que são acompanhadas pelo programa da OAB, juntamente com a juíza de Camboriú, Karina e Inara, delegada da mulher. Patrícia (Biblioteca Com. Bem Viver) fala que deveria haver uma vara de violência doméstica em Balneário Camboriú, porque a que existe abrange muitas coisas. Patrícia (OAB) fala que deveria ser feito um requerimento para vara especializada da infância, da mulher, de precatórios. Patrícia (Biblioteca Com. Bem Viver) pensa que deve ser feito algo em conjunto então, e deixa como encaminhamento que seja feito um requerimento pedindo a vara de violência doméstica, com um levantamento da OAB e dados que conseguirmos. Passando para o próximo ponto de pauta, foi indicada como delegada na Comissão, a conselheira Débora e que caso a mesma não possa comparecer, Mariene poderia ser sua suplente. Ketlin e Mariene passaram um feedback da apresentação realizada na Casa dos Conselhos, feita por alunos da UDESC, onde um dos grupos apresentou sobre o COMUM. Ketlin diz que foi muito produtiva e relevante as considerações e propostas dos acadêmicos, inclusive no que diz respeito ao planejamento das ações. Marisa sugere que seja feita a retomada e conclusão do planejamento e sistematização do que já foi feito. Em seguida, Natalli expõe sobre reunião ocorrida dia dezoito de abril, no Ministério Público de Balneário Camboriú, onde deliberou-se sobre a proposta de convênio entre a Casa das Anas e o município, com a compra de oito vagas. Ketlin sugeriu realizar-se uma fiscalização à Casa das Anas, COM uma Comissão do CMAS juntamente com COMUM para saber das demandas e como é o fluxo e se serão atendidas e contempladas as oito vagas de Balneário Camboriú. Sugeriu-se ainda que encaminhe-se um ofício à Casa das Anas, ao Prefeito Fabrício e à SDIS para questionar quais os critérios para a compra de tais vagas. Ainda sugeriu-se que entre-se em contato com a presidente do Conselho dos Direitos da Mulher de Itajaí, pois o município também é atendido pela entidade e também com a própria entidade Casa das Anas para verificar como está o fluxo de mulheres e seus filhos atendidos. Patrícia (Biblioteca Com. Bem Viver) questiona se o valor a ser pago será fixo por oito vagas ou se somente se estiverem sendo ocupadas. Natalli responde que é o valor fixo pelas oito vagas. Maristela relata que participou da reunião do Conselho da Mulher de Itajaí, falando que houve um relato de mulheres que não querem ir para a Casa das Anas. Ketlin levanta a questão se não seria mais viável financeiramente um aluguel social para as mulheres vítimas de violência. Levantou-se a questão do fato de o autor da violência pode saber o endereço e a vítima sentir-se vulnerável. Em seguida é feita a leitura de **documentos expedidos**: Ofício nº 18/2018 ao FURBES, apresentando sugestões de edição no edital do Programa Elas Reformam. Ofício nº 21/2018 ao Presidente da Câmara de Vereadores, Roberto de Souza Jr em apoio ao Projeto de Resolução nº 015/2017. Ofício nº 19/2018 ao Delegado da Polícia Civil, David Traçisio Queiroz de Souza, solicitando novamente informações a respeito do caso da vítima de agressão, constrangida por delegada plantonista. Ofício nº 20/2018 ao Tenente Cel. Evaldo Hoffmann solicitando informações sobre o Programa Rede Catarina. **Documentos recebidos**: Ofício nº 62/2018/Casa dos Conselhos, solicitando presença na apresentação dos acadêmicos da UDESC sobre o COMUM. Ofício nº 130/2018/FURBES solicitando indicação para membro componente da Comissão de Seleção do Projeto Elas Reformam. Ofício nº 08/2018/CONSEME em resposta ao Ofício 31/2018 (enviado em conjunto com CMDPD e CMAS). Sendo a pauta do dia finalizada e nada mais.





CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - COMUM
Criado pela Lei N. 3126/2010 | Gestão 2018 - 2020
Vinculado à Secretaria de Desenvolvimento e Inclusão social

havendo a tratar, a Presidenta deu por encerrada a sessão e eu, Mariene de Sena Silva, Secretária deste Conselho, redigi esta ata, que vai assinada por mim e demais participantes.

[Handwritten signatures and names:]
Kátia
Rosa
Ant
Sena
Mariene
Rosa